



Gênero, sexualidade e poder: a educação escolar em disputa

Alexandre Bortolini¹

Resumo

O objetivo geral do projeto de pesquisa cujos primeiros movimentos aqui se apresentam é produzir uma análise sociológica da política educacional em gênero e sexualidade desenvolvida ao longo das administrações Lula e Dilma, com foco nas principais dinâmicas sociais e jogos de força que definiram sua gênese e desenvolvimento, identificando, ao longo do tempo, de que modo ela se torna ponto de convergência e fruição de estratégias de saber e poder. Um embate que, pelo caráter do gênero como elemento constitutivo das relações sociais e por sua conexão com a própria forma como o poder é pensado e exercido (Scott, 1995) e pela centralidade da sexualidade como ponto de fruição de diversas estratégias disciplinares e biopolíticas (Foucault, 1988), incide sobre aspectos centrais da organização social brasileira.

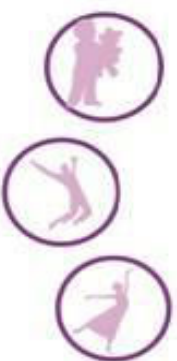
Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. LGBT. Educação. Política educacional.

Em 2004 o Governo Federal lançava o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) com o objetivo declarado de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas” (BRASIL, 2004, p. 11). O programa era parte da consolidação de uma nova relação entre governo e um certo ativismo articulado em torno de identidades sexuais e de gênero, caracterizada pela construção de uma agenda ampla de políticas públicas voltadas a estes grupos (DANILAUSKAS, 2011; MELLO *et al.*, 2012; IRINEU). O BSH previa também uma agenda específica para a educação que, no Ministério da Educação, se somaria àquela produzida pelos movimentos de mulheres, compartilhando espaço institucional com outros grupos organizados sob o signo da diversidade e inclusão (CARREIRA, 2015). Dava-se início a uma série de ações que, embora dispersas e descontínuas, se consideradas em conjunto, constituíram o que se poderia caracterizar como uma política pública educacional em gênero e sexualidade.

Essa política traria para a educação escolar uma abordagem sob muitos aspectos inovadora. Construída a partir da chave do reconhecimento e do enfrentamento à violência e à

¹ Doutorando em Educação, Universidade de São Paulo, bortolini.alexandre@gmail.com



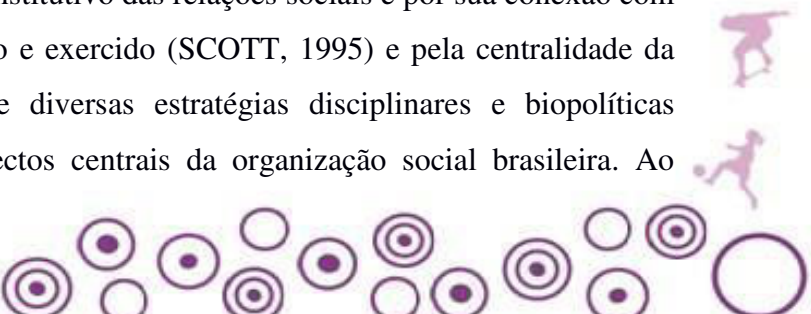


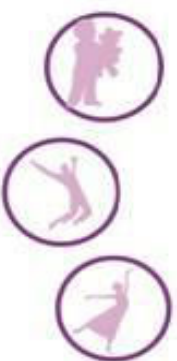
discriminação, problematizava a forma como a escola tratava questões como sexo, corpo, identidade, família, sexualidade, em uma abordagem que não partia do modelo cis-heterossexual hegemônico, mas que visibilizava e valorizava um conjunto de vivências e sujeitos que, de diferentes modos, tensionavam a norma. A partir de um ponto de vista sociológico, opondo-se ao determinismo biológico e à naturalização das relações sociais, ela questionava uma série de discursos e normas que têm orientado práticas e relações sociais e definido certa ordem de gênero e regulação da sexualidade na sociedade brasileira. Se por um lado problematizava a generificação heteronormativa das práticas de afeto, prazer e conjugalidade, por outro propunha a desnaturalização do binarismo de gênero e a desconexão do enlace cisnormativo entre corpos sexuados e identidades generificadas, apontando para uma perspectiva construcionista e histórica das relações de gênero e da sexualidade.

Estruturada como um discurso pedagógico, essa política colocava em questão uma série de enunciados recorrentemente acionados nas interações e nas disputas que acontecem nas escolas (JUNQUEIRA, 2009), onde a ordem de gênero já vinha (e continua) sendo tensionada por multidões (PRECIADO, 2011) de sujeitos insubmissos. Fazia uma crítica a processos de escolarização fundados em um discurso hegemônico/normativo sobre gênero e sexualidade, propondo uma revisão dos currículos, das práticas pedagógicas, das formas de gestão e a reestruturação de uma série de relações e dinâmicas que acontecem dentro da escola.

Apesar de sua dimensão bastante reduzida, essa política incitou o debate em um incontável número de escolas, produziu impacto nos sistemas de ensino, na produção acadêmica (VIANNA, 2012) e na legislação educacional (BRASIL, 2013), ganhando visibilidade e gerando um embate que transbordou a comunidade escolar e as áreas de gestão e se difundiu por diversas arenas públicas.

Essa política não se desenvolve isolada, mas é parte de um processo histórico de disputas e transformações nas relações de gênero e na produção da sexualidade que tem marcado a sociedade - e a educação - brasileira no último século (SAFIOTTI, 1976; Louro, 1994), inclusive a partir da agência de sujeitos e grupos subalternizados que, de modo difuso ou organizado, tem questionado o ordenamento de gênero vigente e cuja expressão histórica mais evidente é o ativismo feminista e, mais recentemente, o LGBT. Um questionamento que, pelo caráter do gênero como elemento constitutivo das relações sociais e por sua conexão com a própria forma como o poder é pensado e exercido (SCOTT, 1995) e pela centralidade da sexualidade como ponto de fruição de diversas estratégias disciplinares e biopolíticas (FOUCAULT, 1988), incide sobre aspectos centrais da organização social brasileira. Ao



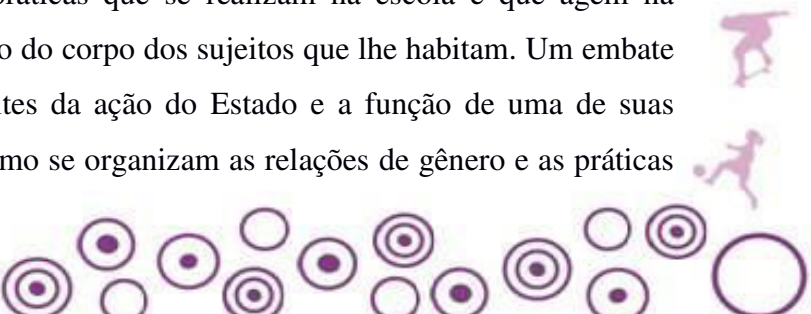


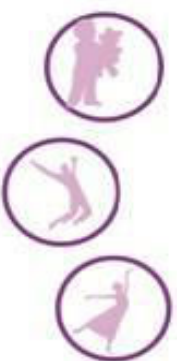
trazer à luz os processos de generificação da vida, essa política educacional ajuda a tornar visíveis relações de poder, expondo formas de exploração, privilégios e violências, revelando a ordem de gênero vigente e desnaturalizando seus dispositivos e efeitos, o que representa um perigo para a ordem social que é por esses dispositivos sustentada.

Exatamente pelo seu caráter contra-hegemônico ela será reconhecida como verdadeira ameaça pelas hegemonias morais aqui estabelecidas, tornando-se alvo de um intenso investimento reacionário. Um contra-ataque simbólico cada vez mais articulado, que vai reunir o mainstream do Estado Católico e do empresariado neopentecostal a um campo difuso de organizações seculares, movimentos sociais, ativistas digitais, partidos políticos e muito mais atores ainda por mapear. Uma articulação reacionária que começou a lograr vitórias principalmente depois das mudanças nas correlações de força a partir das eleições de 2010 (TREVISAN, 2015), que tensionaram a política de conciliação característica dos governos petistas (SINGER, 2012) e que tem no veto do kit anti-homofobia em 2011 seu ponto de inflexão. Para Carreira, “apesar de conquistas importantes nos últimos anos, construídas em diálogo com o movimento LGBT, o veto ao kit Escola Sem Homofobia não foi um fato isolado e fez parte do recuo político do governo federal em relação a programas destinados a promover a agenda de direitos sexuais e reprodutivos diante do crescente poder político de grupos religiosos fundamentalistas no Congresso Nacional” (2015, p.235).

Essa reação se empoderaria ainda mais depois da intensificação da crise política em 2013, assumindo sua expressão midiática do momento: o combate à “ideologia de gênero”. Sintagma e instrumental discursivo gestado a partir da reação do Vaticano à introdução formal e ao avanço político do conceito de gênero como perspectiva para as políticas públicas no plano internacional, essa categoria política reacionária (JUNQUEIRA, 2017) ganharia expressividade na América Latina e no Brasil a partir de meados dos anos 2000 (MISKOLCI; CAMPANA, 2017), organizando agentes diversos com vistas a "conter o avanço de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas não-heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e de gênero", investindo maciçamente na "(re)naturalização das concepções de família, maternidade, parentesco, (hetero)sexualidade, diferença sexual", reforçando "as disposições relativas às normas de gênero, à heterossexualidade obrigatória e à heteronormatividade" (JUNQUEIRA, 2017, p. 26).

Estariam colocadas em disputa práticas que se realizam na escola e que agem na formação da subjetividade e na construção do corpo dos sujeitos que lhe habitam. Um embate que vai questionar os sentidos e os limites da ação do Estado e a função de uma de suas principais instituições diante da forma como se organizam as relações de gênero e as práticas

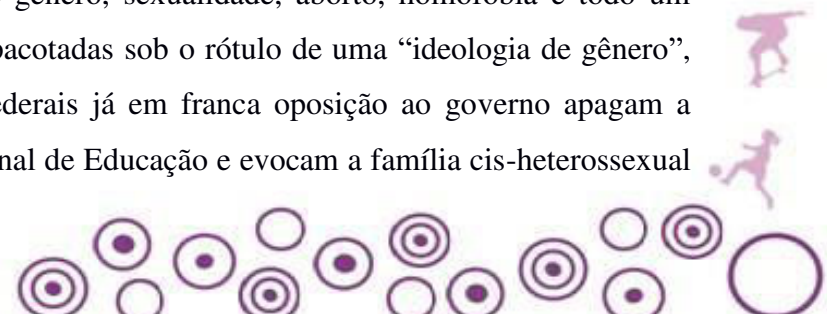


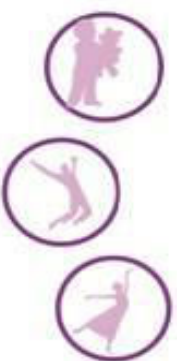


sexuais e afetivas. A própria palavra gênero ganha vida na disputa política e seus sentidos e significados proliferam.

E não é por acaso que a educação escolar tenha se tornado um dos palcos centrais dessa disputa. A escola tem como função social reconhecida justamente a formação dos sujeitos e sua preparação para a vida social. A educação escolar e os sistemas de ensino são pontos de imbricação de jogos de verdade e técnicas de poder, de disciplinamento e biopolítica, espaço de produção de sujeitos e de resistências. Instrumento do governo das populações: interferem na produtividade da força de trabalho, fazem circular determinados discursos, agem no disciplinamento dos corpos, na sua vitalidade, na sua capacidade intelectual. Incidem intencional e declaradamente na formação dos sujeitos. São palco, concomitantemente, da proliferação de estratégias de resistência. A escolarização obrigatória, a audiência cativa, a aplicabilidade de técnicas de disciplina, a capilaridade que permite difundir discursos e práticas, a capacidade e legitimidade para produzir verdade, tudo isso torna a escola, como instituição, e a política educacional, como instrumento de governo, pontos de apoio e fruição de uma série de estratégias de poder e de saber e objeto de disputa de vários os grupos sociais que demandam acesso a este gigantesco instrumental para através da escolarização instaurar certas estratégias políticas.

Esse embate atravessaria as escolas, mas não se restringiria a elas, ganhando centralidade nas disputas políticas dos últimos anos, evidenciando a relação entre poder, gênero e sexualidade. Relação cujos indícios podem ser encontrados na convergência entre o empreendedorismo moral e o conservadorismo político, expresso na aliança discursiva e pragmática entre o combate à “ideologia de gênero” e o Escola Sem Partido (ESP), movimento de ataque e censura à crítica histórico-social e ao pensamento “de esquerda” nas escolas (FRIGOTTO, 2017). Serão postos em curso número significativo de projetos de lei que vão propor regular ou vetar a abordagem de conteúdos relacionados a estas questões em diferentes sistemas de ensino, indicando inclusive retaliações a profissionais de educação que insistam em abordá-los. Ainda que evidentemente inconstitucionais, essas iniciativas ganham visibilidade e, articuladas a formas difusas de pressão, serão eficazes em instalar um clima de receio e censura em diversas escolas. Nessa onda, simultaneamente diretoras vão receber notificações extra-judiciais cujo esboço é disponibilizado na página do Movimento ESP, exigindo a censura de conteúdos sobre gênero, sexualidade, aborto, homofobia e todo um léxico e uma gramática proibidas e empacotadas sob o rótulo de uma “ideologia de gênero”, enquanto uma maioria de deputados federais já em franca oposição ao governo apagam a “perspectiva de gênero” do Plano Nacional de Educação e evocam a família cis-heterossexual





e a “ameaça moral” do petismo - do “mensalão” ao “kit-gay” - para derrubar a primeira mulher eleita Presidenta da República.

Para compreender esse processo é preciso pensar essa política educacional não como uma sequência coerente de ações que vai da formulação à implementação, produto de um poder estatal que age soberano sobre a sociedade gerando resultados objetivos, mas como efeito de um processo dinâmico, sustentado em uma economia de poder que reúne um complexo de disputas políticas entre diferentes grupos sociais em determinado contexto histórico e cuja dinâmica acaba por definir formas específicas de ação do Estado (BALL, 1994; 2006). Essa perspectiva propõe uma análise da política educacional focada não em uma abordagem tecnicista dedicada à “avaliação de resultados”, mas em uma investigação de caráter sociológico, centrada na análise das principais dinâmicas sociais e disputas políticas que definiram sua gênese e desenvolvimento. Investigação que procure compreender de que maneira esta política é resultado de um determinado jogo de forças, quem são os agentes envolvidos nessa disputa e como esse jogo se desenvolve, identificando, ao longo do tempo, que estratégias de saber e poder vão ter nela um ponto de convergência e fruição.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. 43, p. 13-56, 2014.

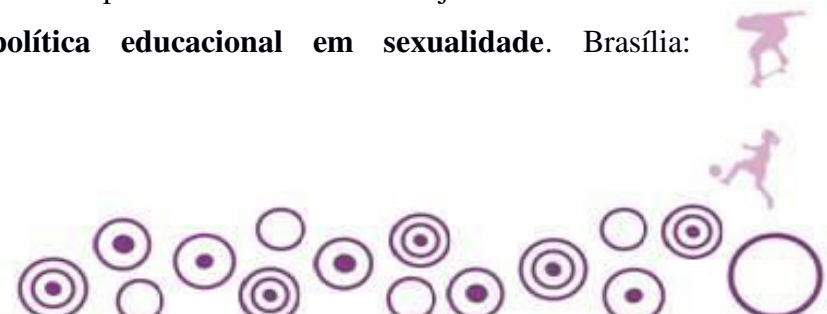
BALL, Stephen. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, 2006.

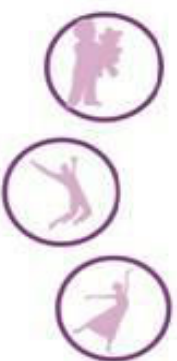
_____. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras (es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Versão, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. **Diretrizes para uma política educacional em sexualidade**. Brasília: MEC/SEPESPE, 1994.





BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARREIRA, Denise. **Igualdade e diferenças nas políticas educacionais**: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. São Paulo: 2011. 161 p. [Ed. Revisada]

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de gênero: a gênese de uma categoria política reacionária—ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**, Rio Grande, RS, Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 403-429, 2012.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

RIBEIRO, Marcos. **Educação sexual**. Além da informação. São Paulo: EPU, p. 62, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. Vozes, 1976.





SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995, p.71-99.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

TREVISAN, Janine. Pentecostais e movimento LGBT nas eleições presidenciais de 2014. **Debates do NER**, v. 1, n. 27, p. 289-321, 2015.

VIANNA, Cláudia et al. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 68, 2012.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

